

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Controladas em fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual informa que a Companhia e suas controladas foram constituídas durante o exercício de 2016 com o objetivo de participação nos leilões de transmissão de energia e encontram-se em fase pré-operacional. A controlada Argo Transmissão de Energia S.A. ("Argo I") foi a vencedora do Leilão Público homologado em 7 de junho de 2016, para construir, operar e manter as instalações de transmissão definidas no respectivo contrato de concessão, e a controlada Argo II Transmissão de Energia S.A. ("Argo II") foi a vencedora do Leilão Público homologado em 19 de dezembro de 2016, para construir, operar e manter as instalações de transmissão definidas no respectivo contrato de concessão. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Contratos de concessão

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e controladas mantém registrado como ativo financeiro da concessão o montante de R\$263.140 mil conforme nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras. De acordo com o marco regulatório de transmissão no Brasil, os contratos de concessão de transmissão de energia são mensurados de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão (IFRIC 12) e utilizando o modelo do ativo financeiro, cujos valores não têm risco de demanda e, portanto, são considerados direito incondicional de receber caixa diretamente do Poder Concedente ou do Sistema Integrado da Transmissão. Para a mensuração dos valores do ativo financeiro da construção, operação e manutenção da infraestrutura, as controladas utilizam uma série de premissas e metodologias para a determinação das estimativas de custos de construção, operação e manutenção, Taxa Interna de Retorno - TIR, prazo de recuperação do ativo, receita vinculada à construção, operação e manutenção e outras variáveis.

Essa mensuração foi considerada como principal assunto para a nossa auditoria em virtude dos contratos de concessão das controladas, que representam parte substancial das operações da Companhia. Além disso, o processo de avaliação da Administração é complexo e envolve um alto grau de estimativa. Dessa forma, o assunto foi classificado como um risco significativo em nossa abordagem de auditoria e, portanto, envolveu a nossa atenção e o nosso julgamento de maneira expressiva.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos contratos de concessão sob a luz da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 para o entendimento do modelo de negócio adotado. Também revisamos as premissas, a metodologia e os cálculos para apuração do saldo registrado como ativo financeiro. Adicionalmente, examinamos a adequação das principais divulgações requeridas pela interpretação técnica ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação apresentadas nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os efeitos decorrentes dos contratos de concessão são apropriados para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRSs, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

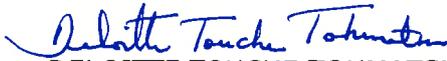
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	545	998	2.229	1.694	Fornecedores	9	161	1	12.692	623
Títulos e valores mobiliários	5	139.513	1.717	151.891	8.024	Obrigações tributárias		10	1	466	581
Seguros e depósito caução	6	-	-	1.687	425	Encargos sociais e trabalhistas	10	-	-	6.639	240
Contas a receber - partes relacionadas	21	717	-	717	-	Contas a pagar - partes relacionadas	21	64	-	1.227	-
Outros créditos		144	199	757	322	Total do passivo circulante		235	2	21.024	1.444
Total do ativo circulante		140.919	2.914	157.281	10.465						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Seguros e depósito caução	6	-	-	11.174	3.414	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	81	-
Contas a receber (ativo de concessão)	7	-	-	263.140	39.774	PIS e COFINS diferidos	14	-	-	24.340	3.679
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	183	30	3.473	360	Total do passivo não circulante		-	-	24.421	3.679
Investimentos	8	251.205	45.948	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado		-	-	1.541	-	Capital social	11	398.482	49.600	398.482	49.600
Intangível		-	-	908	-	Reservas de capital	12	2.957	-	2.957	-
Total do ativo não circulante		251.388	45.978	280.236	43.548	Prejuízos acumulados		(9.367)	(710)	(9.367)	(710)
						Total do patrimônio líquido		392.072	48.890	392.072	48.890
TOTAL DO ATIVO		392.307	48.892	437.517	54.013	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		392.307	48.892	437.517	54.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E
 PARA O PERÍODO DE 23 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA LÍQUIDA	16	-	-	202.705	36.095
CUSTO DOS BENS CONSTRUÍDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	17	-	-	(183.393)	(35.036)
LUCRO BRUTO		-	-	19.312	1.059
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	17	(4.034)	(118)	(24.064)	(2.529)
Resultado da equivalência patrimonial	8	(5.439)	(653)	-	-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(9.473)	(771)	(4.752)	(1.470)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	18	717	35	2.821	472
Despesas financeiras	18	(54)	(4)	(9.758)	(72)
		663	31	(6.937)	400
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.810)	(740)	(11.689)	(1.070)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Diferidos	13	153	30	3.032	360
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		(8.657)	(710)	(8.657)	(710)
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	19	(0,0553)	(0,0407)	(0,0553)	(0,0407)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E
PARA O PERÍODO DE 23 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/PERÍODO	(8.657)	(710)	(8.657)	(710)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO/PERÍODO	<u>(8.657)</u>	<u>(710)</u>	<u>(8.657)</u>	<u>(710)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E
 PARA O PERÍODO DE 23 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado			
CONSTITUIÇÃO EM 23 DE MARÇO DE 2016		1	-	1	-	-	1
Aumento de capital em dinheiro em 11 de julho de 2016		5.000	-	5.000	-	-	5.000
Aumento de capital em dinheiro em 13 de agosto de 2016		11.000	-	11.000	-	-	11.000
Aumento de capital em dinheiro em 28 de setembro de 2016		23.600	-	23.600	-	-	23.600
Aumento de capital em dinheiro em 30 de novembro de 2016		260.399	(250.400)	9.999	-	-	9.999
Prejuízo do período		-	-	-	-	(710)	(710)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		300.000	(250.400)	49.600	-	(710)	48.890
Aumento (redução) de capital em 3 de fevereiro de 2017	11	(160.000)	160.000	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro em 6 de fevereiro de 2017	11	-	30.000	30.000	-	-	30.000
Aumento de capital em dinheiro em 27 de março de 2017	11	-	30.000	30.000	-	-	30.000
Aumento de capital em dinheiro em 19 de maio de 2017	11	-	20.000	20.000	-	-	20.000
Aumento de capital em dinheiro em 14 de junho de 2017	11	-	104	104	-	-	104
Aumento de capital em dinheiro em 19 de junho de 2017	11	-	10.296	10.296	-	-	10.296
Subscrição e aumento de capital em 18 de julho de 2017	11	65.482	-	65.482	-	-	65.482
Subscrição de capital em 28 de setembro de 2017	11	33.000	(33.000)	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro em 16 de outubro de 2017	11	-	4.531	4.531	-	-	4.531
Aumento de capital em dinheiro em 17 de outubro de 2017	11	-	28.469	28.469	-	-	28.469
Subscrição de capital em 5 de dezembro de 2017	11	160.000	(160.000)	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro em 21 de dezembro de 2017	11	-	21.968	21.968	-	-	21.968
Aumento de capital em dinheiro em 26 de dezembro de 2017	11	-	138.032	138.032	-	-	138.032
Reserva de remuneração baseada em ações	12	-	-	-	2.957	-	2.957
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(8.657)	(8.657)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		398.482	-	398.482	2.957	(9.367)	392.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E
 PARA O PERÍODO DE 23 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício/período	(8.657)	(710)	(8.657)	(710)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício/período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(153)	(30)	(3.032)	(360)
Provisão para PIS e COFINS diferidos	-	-	20.661	3.679
Remuneração do ativo financeiro - concessão	-	-	(21.279)	(1.167)
Plano de opções de ações	2.957	-	2.957	-
Receitas financeiras	(717)	(35)	(2.813)	(471)
Resultado da equivalência patrimonial	5.439	653	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	<u>(1.131)</u>	<u>(122)</u>	<u>(12.163)</u>	<u>971</u>
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Ativo financeiro - concessão	-	-	(189.611)	(38.607)
Seguros e depósito caução	-	-	(9.022)	(3.839)
Contas a receber - partes relacionadas	(717)	-	(717)	-
Outros créditos	55	(199)	(435)	(322)
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	160	1	(407)	623
Obrigações tributárias	9	1	(115)	581
Contas a pagar - partes relacionadas	64	-	1.227	-
Encargos sociais e trabalhistas	-	-	6.399	240
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(1.560)</u>	<u>(319)</u>	<u>(204.844)</u>	<u>(40.353)</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e valores mobiliários	(137.079)	(1.682)	(141.054)	(7.553)
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(2.449)	-
Aumento de capital em controladas	<u>(210.696)</u>	<u>(46.601)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(347.775)</u>	<u>(48.283)</u>	<u>(143.503)</u>	<u>(7.553)</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	<u>348.882</u>	<u>49.600</u>	<u>348.882</u>	<u>49.600</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>348.882</u>	<u>49.600</u>	<u>348.882</u>	<u>49.600</u>
 (REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(453)	998	535	1.694
 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO/PERÍODO	998	-	1.694	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO/PERÍODO	<u>545</u>	<u>998</u>	<u>2.229</u>	<u>1.694</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E
 PARA O PERÍODO DE 23 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS				
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	202.087	38.607
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	-	-	21.279	1.167
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Serviços de terceiros	(1.040)	(116)	(191.508)	(34.188)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.040)	(116)	31.858	5.586
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(1.040)	(116)	31.858	5.586
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	(5.439)	(653)	-	-
Receitas financeiras	717	35	2.821	472
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(5.762)	(734)	34.679	6.058
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	2.930	-	14.331	3.354
Remuneração direta	2.930	-	13.062	2.025
Benefícios	-	-	825	1.165
FGTS	-	-	444	164
Impostos, taxas e contribuições	(89)	(28)	20.031	3.342
Tributos federais	(89)	(28)	20.031	3.342
Remuneração de capitais de terceiros	54	4	8.974	72
Juros	54	4	8.974	72
Remuneração de capitais próprios	(8.657)	(710)	(8.657)	(710)
Prejuízo do período	(8.657)	(710)	(8.657)	(710)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E
PARA O PERÍODO DE 23 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, listada como categoria "B" na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a participação no capital de outras empresas, como acionista. Ademais, a Companhia poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

O Pátria Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações ("FIP") detém 78,53% do capital social da Companhia e garantirá os aportes de capital necessários para realizar os investimentos e pagamentos a credores.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

	Participação - %	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Argo Transmissão de Energia S.A. ("Argo I")	100%	100%
Argo II Transmissão de Energia S.A. ("Argo II")	100%	100%

Aspectos regulatórios

a) Argo I

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão: LT 500 kV Bacabeira - Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada; LT 500kV Parnaíba III - Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km; LT 500kV Acaraú III - Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km; LT 500 kV Acaraú III - Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km; Subestação Bacabeira 500 kV; Subestação Parnaíba III 500 kV e Compensador Estático (-150/300) Mvar; Subestação Acaraú II 500 kV; Subestação Tianguá II 500 kV; e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Companhia tem até junho de 2021 para finalizar a construção do empreendimento conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de aproximadamente R\$2.400.000. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$404.961 (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I. A Companhia considera o início de recebimento da RAP a partir de julho de 2021.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

b) Argo II

Em 28 de outubro de 2016 o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e FIP P2 Brasil Infraestrutura (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, para a aquisição da Concessão da Subestação Janaúba 3 - Compensadores Síncronos. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 16/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas por dois Compensadores Síncronos de Reativos em 500Kv na Subestação Janaúba III, -90/+150 Mvar cada, incluindo transformadores elevadores e respectivas conexões, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Companhia estima finalizar a construção do empreendimento em janeiro de 2022, e o investimento total previsto é de aproximadamente R\$148.700. A RAP foi determinada em R\$39.400 (valor original), com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo II. A Companhia considera o início de recebimento da RAP a partir de fevereiro de 2022.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

A Companhia foi constituída em 23 de março de 2016, portanto, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa estão apresentadas somente para o período de 23 de março a 31 de dezembro de 2016, e deve ser levado em consideração quando da comparação.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício/período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- a) Contas a receber (ativo da concessão) - mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

- b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 17 (R1) - Contratos de Construção.

Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração. A Companhia considera em modelo margem de 0 (zero) para a construção. Para manter essa margem, a Companhia adiciona os valores de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na receita de construção. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa no resultado do exercício/período.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apurado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados.

- c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por concessionárias.
- e) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos - são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 13).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia (controladora).

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As principais eliminações no processo de consolidação foram as seguintes:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas.
- Participações no capital e reservas das empresas consolidadas.
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) contas a receber (ativo de concessão).

b) Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são:
(i) fornecedores; e (ii) outras obrigações.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício/período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício/período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.5. Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.6. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12 e orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão - vide nota explicativa nº 3.13.). As concessionárias devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) (IAS 18) - Receitas (Serviços de Operação e Manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- a) Receita de remuneração do ativo da concessão: juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial desse ativo financeiro.

- b) Receita de construção: serviços de construção da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção da infraestrutura são reconhecidas com base nos custos incorridos durante a fase dos estudos iniciais e de construção e é registrada pelo seu valor justo. A Companhia considera margem zero na receita de construção da infraestrutura.

3.7. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente por meio de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática de conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício/período são incluídas nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

3.8. Contas a receber (ativo da concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, incluem os valores a receber referentes aos serviços de construção da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e dos serviços de operação e manutenção.

3.9. Pagamento baseado em ações

O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga conforme CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, é registrado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas preparadas pela Companhia. As opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio.

3.10. Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.11. Demonstrações dos fluxos de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.12. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício/período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação, exceto quando as ações outorgadas forem exercidas.

3.13. Contratos de concessão (interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 - IFRIC 12)

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizados) revertidos ao Poder Concedente no vencimento do respectivo contrato. A concessionária tem direito de operar e manter a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a concessionária atua como prestadora de serviço. A concessionária constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção da infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante o prazo da concessão.

A concessionária deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18). Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção da infraestrutura ou serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro origina-se à medida que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção e melhoria da infraestrutura; o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A concessionária tem o direito incondicional de receber caixa se o Poder Concedente garantir em contrato o pagamento: (a) de valores preestabelecidos ou determináveis; ou (b) se houver insuficiência dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pela concessionária de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia estão descritos a seguir:

- A interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12) foram consideradas aplicáveis aos contratos de serviço público-privado de que as controladas da Companhia fazem parte.

- Os ativos vinculados às concessões estão classificados de acordo com o modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e os custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro por meio dos custos incorridos.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Essa indenização somente será paga sobre os valores residuais, se houver, dos custos capitalizados após a entrada em operação do empreendimento, que não fazem parte do projeto original. Consequentemente, a Companhia assume que o valor residual vinculado ao projeto original de construção e instalação não tem o direito contratual de recebimento de indenização (Decreto nº 2.003/95)

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de implementação da infraestrutura considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção e melhoria da infraestrutura e encargos incidentes. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção e melhoria da infraestrutura foi determinada considerando-se o fluxo de caixa previsto para o ativo da concessão.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a remuneração dos ativos de concessão apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão apurada sobre o ativo financeiro de construção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de PIS e COFINS cumulativos, registrados na rubrica "PIS e COFINS diferidos" no passivo não circulante.

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e de suas controladas e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão ou de fatores externos.

- Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais os quais poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- Risco técnico: a infraestrutura das controladas é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

3.14. Redução ao valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

b) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.15. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica gerada, que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que o Conselho de Administração da Companhia avalia a "performance" dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.16. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações à IAS 7	Iniciativas de divulgação
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014-2016

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, ainda não foram adotadas nas demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9 (CPC48)	Instrumentos Financeiros (i)
IFRS 15 (CPC 47)	Receitas de Contratos com Clientes (i)
IFRS 16	Operações de Arrendamentos Mercantil (ii)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações (i)

- (i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
- (a) A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A Administração avaliou as mudanças trazidas na IFRS 9 e não espera impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- (b) A IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva. Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:
 - (i) Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
 - (ii) Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
 - (iii) Passo 3: Determinar o preço da transação.
 - (iv) Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
 - (v) Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia avaliou as mudanças trazidas na IFRS 15 e não espera impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- (c) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, com essa nova norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Uma avaliação preliminar indica que determinados acordos atenderão à definição de arrendamento contida na IFRS 16, e, portanto, a Companhia reconhecerá um ativo de direito de uso e um passivo correspondente com relação aos arrendamentos aplicáveis, a menos que se qualifiquem para arrendamentos de baixo valor ou de curto prazo após a aplicação da IFRS 16.

Espera-se que esta alteração na política contábil tenha montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras e a Administração está atualmente avaliando o possível impacto. Não é possível fornecer uma estimativa razoável do impacto financeiro até a conclusão dessa revisão.

- (d) Alterações à IFRS 2 - Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações As alterações esclarecem o seguinte:

Ao estimar o valor justo de pagamentos baseados em ações liquidados em caixa, a contabilização dos efeitos das condições de exercício e não exercício deve seguir a mesma abordagem atribuída aos pagamentos baseados em ações liquidados através de instrumentos de patrimônio.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Administração está atualmente avaliando o possível impacto. Não é possível fornecer uma estimativa razoável do impacto financeiro até a conclusão dessa revisão.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	-	1	749	1
Títulos de renda fixa CDB (*)	545	997	1.480	1.693
Total	<u>545</u>	<u>998</u>	<u>2.229</u>	<u>1.694</u>

- (*) Referem-se a aplicações financeiras em títulos privados substancialmente representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e operações compromissadas de compra e revenda de CDBs, as quais possuíam liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O rendimento médio da carteira no exercício findo em de 31 de dezembro de 2017 foi de 41,35% do CDI (58,79% em 31 de dezembro de 2016), e todas as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fundo Santander Referenciado				
DI (*)	<u>139.513</u>	<u>1.717</u>	<u>151.891</u>	<u>8.024</u>
Total	<u>139.513</u>	<u>1.717</u>	<u>151.891</u>	<u>8.024</u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander Referenciado DI, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 102,20% do CDI (100,63% em 31 de dezembro de 2016). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6. SEGUROS, DEPÓSITOS CAUÇÃO E OUTROS - CONSOLIDADO

	Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Conta garantida - ativo de concessão (*)	6.862	-
Seguro - garantia (nº20) (**)	5.641	3.839
Outras despesas a apropriar	358	-
Total	<u>12.861</u>	<u>3.839</u>
Classificados como:		
Circulante	1.687	425
Não circulante	11.174	3.414

(*) Refere-se a conta garantida mantida pela Companhia, através de suas controladas, em atenção às obrigações do contrato de concessão de serviço público de transmissão.

(**) Refere-se a apólice do seguro-garantia de fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia conforme descrito na nota explicativa nº20.

7. CONTAS A RECEBER (ATIVO DA CONCESSÃO) - CONSOLIDADO

	Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita de construção	240.694	38.607
Remuneração do contas a receber	<u>22.446</u>	<u>1.167</u>
Total	<u>263.140</u>	<u>39.774</u>

A movimentação do saldo de contas a receber é a seguinte:

Saldo em 23 de março de 2016	-
Receita de construção	38.607
Remuneração do contas a receber (receitas financeiras)	<u>1.167</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	39.774
Receita de construção	202.087
Remuneração do contas a receber (receitas financeiras)	<u>21.279</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>263.140</u>

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	<u>251.205</u>	<u>45.948</u>
Total	<u>251.205</u>	<u>45.948</u>

Controladas

As controladas são concessionárias de transmissão de energia elétrica. A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, dos saldos de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, incluindo o percentual de participação da Companhia em cada uma das controladas, está demonstrada a seguir:

a) Movimentação dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial e cumprimento da Instrução CVM nº 247/96:

<u>Controladas</u>	<u>Saldo em 23/03/2016</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>
Argo I	-	46.600	(653)	45.947	200.198	(5.597)	240.548
Argo II	-	1	-	1	10.498	158	10.657
Total	-	<u>46.601</u>	<u>(653)</u>	<u>45.948</u>	<u>210.696</u>	<u>(5.439)</u>	<u>251.205</u>

b) Informações relevantes sobre as controladas

<u>Controladas</u>	<u>Quantidade total de ações</u>	<u>Participação</u>	<u>31/12/2017</u>					<u>Lucro (prejuízo) das controladas</u>
			<u>Capital social</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	
Argo I	246.797.501	100%	246.797	285.295	44.747	240.548	199.600	(5.597)
Argo II	10.499.000	100%	10.499	11.116	459	10.657	3.105	158
<u>Controladas</u>	<u>Quantidade total de ações</u>	<u>Participação</u>	<u>31/12/2016</u>					<u>Prejuízo das controladas</u>
			<u>Capital social (*)</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	
Argo I	46.600.300	100%	46.600	51.069	5.122	45.947	36.095	(653)
Argo II	1.500	100%	151	1	-	1	-	-

9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Materiais e serviços - ativo financeiro em construção	-	-	12.476	623
Outros	<u>161</u>	<u>1</u>	<u>217</u>	<u>-</u>
Total	<u>161</u>	<u>1</u>	<u>12.692</u>	<u>623</u>

10. ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de bônus	-	-	4.600	-
Provisão de férias	-	-	939	150
Encargos trabalhistas	-	-	1.090	90
Outros	-	-	10	-
Total	-	-	6.639	240

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito é de R\$398.482, totalmente integralizado, sendo representados por 286.745.746 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	31/12/2017		31/12/2016	
	Ações ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Pátria Infraestrutura III - FIP	225.182.315	78,53	49.104.495	99,00
FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A.	1.400.000	0,49	496.005	1,00
ARGO Co-investimento - FIP	20.786.320	7,25	-	-
Somerville Investments B.V.	39.377.111	13,73	-	-
Total	286.745.746	100,00	49.600.500	100,00

Integralizações de capital - 2017

A movimentação do capital social da Companhia em 2017 está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações	Valor por ação	Integralizado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	300.000	1,00	49.600
Redução de capital em 03 de fevereiro de 2017	(160.000)	1,00	-
Aumento de capital em dinheiro em 6 de fevereiro de 2017	-	1,00	30.000
Aumento de capital em dinheiro em 27 de março de 2017	-	1,00	30.000
Aumento de capital em dinheiro em 19 de maio de 2017	-	1,00	20.000
Aumento de capital em dinheiro em 14 de junho de 2017	-	1,00	104
Aumento de capital em dinheiro em 19 de junho de 2017	-	1,00	10.296
Subscrição e aumento de capital em 18 de julho de 2017	37.176	1,76	65.482
Subscrição de capital em 28 de setembro de 2017	18.735	1,76	-
Aumento de capital em dinheiro em 16 de outubro de 2017	-	1,76	4.531
Aumento de capital em dinheiro em 17 de outubro de 2017	-	1,76	28.469
Subscrição de capital em 05 de dezembro de 2017	90.835	1,76	-
Aumento de capital em dinheiro em 21 de dezembro de 2017	-	1,76	21.968
Aumento de capital em dinheiro em 26 de dezembro de 2017	-	1,76	138.032
Saldo em 31 de dezembro de 2017	286.746		398.482

b) Retenção de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício/período deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não apresentou lucro e, portanto, não constituiu reserva legal.

c) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não apresentou lucro e, portanto, não há dividendos a distribuir.

d) Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia acumulou prejuízos no valor de R\$9.367.

12. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 12 de maio de 2017, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações, cujo objetivo é contribuir com os interesses da Companhia mediante a outorga de opções de ações de sua emissão. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 4% do capital social da Companhia.

As condições de aquisição de direito das opções estão atreladas a anos de serviço e evento de liquidez.

O valor justo de cada opção concedida foi estimado na data da concessão com base no modelo de Black&Scholes de precificação de opções, que considerou as seguintes variáveis e resultados:

Data	Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações				Premissas de valor justo			
	Opções outorgadas	Em circulação	Opções exercidas	Preço de exercício - reais (*)	Precificação de opções - reais	Volatilidade - %	Taxa de juros livre de risco - %	Prazo de maturidade
2017	7.090.749	7.090.749	-	1,00 a 1,73	0,61 a 0,91	33,54	11,42	10 anos

(*) Valor de exercício na data da outorga, o qual é corrigido mensalmente pelo IPCA acrescido de 7% ao ano.

Para a volatilidade, considerou-se a oscilação histórica média de ações de empresas listadas na bolsa de valores ("BMF&Bovespa") que atuam em ramo semelhante ao da Companhia, para o período de um ano anterior à data de mensuração do valor justo das opções. O prazo de exercício das opções foi baseado no comportamento esperado dos detentores das opções.

Para a determinação da taxa de juros livre de risco, foi considerada a taxa das Letras do Tesouro Nacional - LTN com vencimentos mais próximos à data de maturidade das opções.

As despesas referentes ao valor justo das opções concedidas reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito às opções de compras de ações, foram de R\$2.957, registradas na rubrica "despesas gerais e administrativas" (controladora e consolidado).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2017 era como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.810)	(740)	(11.689)	(1.070)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	2.995	252	3.974	364
Ajustes permanentes:				
Despesas indedutíveis	(993)	-	(942)	(4)
Equivalência patrimonial	(1.849)	(222)	-	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferido debitado ao resultado do período	153	30	3.032	360
Alíquota efetiva	2%	4%	28%	34%

b) Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado	
	Ativo	Ativo	Passivo
Em 23 de março de 2016	-	-	-
Constituição de benefício fiscal sobre o prejuízo fiscal (*)	30	360	-
Em 31 de dezembro de 2016	30	360	-
Contratos de Concessão (**)	-	-	(81)
Constituição de benefício fiscal sobre o prejuízo fiscal (*)	153	3.113	-
Em 31 de dezembro de 2017	183	3.473	(81)

(*) Os impostos diferidos ativos originam-se dos prejuízos fiscais e serão realizados ao longo do contrato de concessão. A Administração possui expectativa de recuperação dos impostos diferidos ativos a partir de 2021, início previsto das operações.

(**) Os impostos diferidos passivos originam-se sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01) reconhecidos pelo regime de competência. Esses valores serão oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento do ativo financeiro, conforme previsto nos artigos 83 e 84 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.515/14.

14. PIS E COFINS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

Saldo em 23 de março de 2016	-
Constituição	3.679
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.679
Constituição	20.661
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.340

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12).

15. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja possível ou provável.

16. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita de construção	202.087	38.607
Receita de remuneração do ativo da concessão	<u>21.279</u>	<u>1.167</u>
Receita bruta	223.366	39.774
(-) PIS e COFINS	<u>(20.661)</u>	<u>(3.679)</u>
Receita líquida	<u>202.705</u>	<u>36.095</u>

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Serviços de terceiros (a)	(1.040)	(68)	(190.618)	(30.642)
Tributos	(64)	(2)	(113)	(23)
Pessoal (b)	(2.930)	-	(15.836)	(3.354)
Outros	-	(48)	(890)	(3.546)
Total	<u>(4.034)</u>	<u>(118)</u>	<u>(207.457)</u>	<u>(37.565)</u>
Custos	-	-	(183.393)	(35.036)
Despesas gerais e administrativa	<u>(4.034)</u>	<u>(118)</u>	<u>(24.064)</u>	<u>(2.529)</u>
	<u>(4.034)</u>	<u>(118)</u>	<u>(207.457)</u>	<u>(37.565)</u>

(a) Referem-se, substancialmente, aos custos de construção do Contrato de Concessão.

(b) As despesas com pessoal estão alocadas em sua totalidade na Argo I, pois é a única empresa do Grupo que está em atividade pré-operacional.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	717	35	2.813	471
Outras receitas financeiras	-	-	8	1
Total	<u>717</u>	<u>35</u>	<u>2.821</u>	<u>472</u>
Despesas financeiras:				
Taxas bancárias	-	-	(342)	(51)
Remuneração de partes relacionadas (*)	-	-	(8.938)	-
Outras despesas financeiras	<u>(54)</u>	<u>(4)</u>	<u>(478)</u>	<u>(21)</u>
Total	<u>(54)</u>	<u>(4)</u>	<u>(9.758)</u>	<u>(72)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>663</u>	<u>31</u>	<u>(6.937)</u>	<u>400</u>

(*) Vide nota explicativa nº 21.

19. RESULTADO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício/período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos com potencial diluto. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o prejuízo líquido aos montantes usados para calcular o prejuízo básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>		
Numerador:		
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	(8.657)	(710)
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>156.638.296</u>	<u>17.432.809</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$ por ação)	<u>(0,0553)</u>	<u>(0,0407)</u>

20. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros é como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Seguros - Riscos de engenharia (*)	150.000
Seguros - Responsabilidade civil	50.000
Seguro-garantia (**)	<u>217.582</u>
Total	<u>417.582</u>

(*) Esse contrato de seguro garante cobertura contra riscos de engenharia, tais como: i) obras civis em construção e instalação, ii) manutenção ampla, iii) danos em consequência de erro de projeto e risco fabricante e iv) coberturas adicionais

(**) Esse contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia e de acordo com as modalidades e coberturas adicionais expressamente contratadas, em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou, ainda, as obrigações assumidas em razão dos seguintes itens:

- a) Processos administrativos.
- b) Processos judiciais, inclusive execuções fiscais.
- c) Parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa.
- d) Regulamentos administrativos.

Encontram-se também garantidos por esse contrato de seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

21. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia (Controladora) possui saldos a receber e a pagar, de natureza operacional, com diferentes entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico. A abertura dos montantes ativos e passivos é como segue:

	Controladora e consolidado Ativo circulante	31/12/2017		
		Controladora Passivo Circulante	Consolidado	Despesas financeiras (*)
FTRPSE 3 Emp. e Part. S.A.	59	-	-	-
Pátria Infraestrutura III - FIP	658	-	1.227	8.938
Argo Transmissão de Energia S.A.	-	64	-	-
	<u>717</u>	<u>64</u>	<u>1.227</u>	<u>8.938</u>

(*) Por exigência regulatória da ANEEL, a Companhia, através da sua controladora Pátria Infraestrutura III – FIP, ofereceu contra-garantias para o cumprimento de suas obrigações contratuais, referentes ao seguro das obras com remuneração de 3% do valor segurado. Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Argo Transmissão de Energia S.A. possui saldo a pagar de R\$ 1.227 para a Controladora Pátria Infraestrutura III – FIP pela apólice contratada. A remuneração referente a este serviço no exercício de 2017 foi de R\$ 8.938 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2016), classificado na rubrica de “despesas financeiras - remuneração de partes relacionadas”, conforme nota explicativa nº 18.

Adicionalmente, o saldo do ativo com partes relacionadas no montante de R\$ 717 representa despesas incorridas a serem reembolsadas pelas empresas.

22. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$7.734 (R\$688 em 31 de dezembro de 2016), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo a empregados:				
Salários e honorários	-	-	3.703	486
Pagamento baseado em ações	2.957	-	2.957	-
Encargos sociais	-	-	1.074	202
Total	<u>2.957</u>	<u>-</u>	<u>7.734</u>	<u>688</u>

23. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

Hierarquia do valor justo	31/12/2017				
	Controladora		Consolidado		
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2	545	545	1.480	1.480
Títulos e valores mobiliários (a)	2	139.513	139.513	151.891	151.891
Contas a receber (ativo da concessão) (b)	3	-	-	263.140	263.140
Contas a receber – partes relacionadas (b)	3	717	-	717	-
Total		<u>140.775</u>	<u>140.058</u>	<u>417.228</u>	<u>416.551</u>
Passivos financeiros:					
Contas a pagar – partes relacionadas (c)	2	64	64	1.227	1.227
Fornecedores (c)	2	161	161	12.692	12.692
Total		<u>225</u>	<u>225</u>	<u>13.919</u>	<u>13.919</u>

Hierarquia do valor justo	31/12/2016				
	Controladora		Consolidado		
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2	998	998	1.694	1.694
Títulos e valores mobiliários (a)	2	1.717	1.717	8.024	8.024
Contas a receber (ativo da concessão) (b)	3	-	-	39.774	39.774
Total		<u>2.715</u>	<u>2.715</u>	<u>49.492</u>	<u>49.492</u>
Passivos financeiros:					
Fornecedores (c)	2	1	1	623	623
Total		<u>65</u>	<u>1</u>	<u>1.850</u>	<u>623</u>

(a) Valor justo por meio do resultado.

(b) Empréstimos e recebíveis.

(c) Outros passivos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Contas a receber (ativo da concessão): no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida por meio de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, por meio do recálculo da TIR. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Não houve transferências entre os níveis de valor justo durante o exercício/período.

A conciliação dos valores justos de nível 3 está apresentada na nota explicativa nº 7.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, as controladas da Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

A exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$263.140.

b) Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

c) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e por suas controladas tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia e suas controladas não pactuaram contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e das controladas e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas é o seguinte:

- Risco relacionado às taxas de juros

A Companhia e suas controladas aplicam substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

d) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de suas controladas, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	31/12/2017			
	<u>Próximos 12 meses</u>	<u>Entre 13 e 24 meses</u>	<u>Entre 25 e 36 meses</u>	<u>37 meses em diante</u>
<u>Controladora</u>				
Fornecedores	<u>161</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Consolidado</u>				
Fornecedores	<u>12.692</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

e) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data-base 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de dezembro, foi extraída a posição do indexador CDI (6,7% ao ano) para um ano.

A Administração preparou três cenários de análise de sensibilidade. O cenário I (provável) considera as taxas de juros futuros observadas na data-base das demonstrações financeiras e os cenários II e III consideram uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

Instrumentos financeiros	Risco	Nota	Total	Cenário		
				I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4	1.480	99	74	50
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	5	<u>151.891</u>	<u>10.177</u>	<u>7.633</u>	<u>5.089</u>
Total			<u>153.371</u>	<u>10.276</u>	<u>7.707</u>	<u>5.139</u>

Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de suas controladas compreendem o contas a receber decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2017, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e outras obrigações.

24. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Argo I possui contrato de longo prazo para construção de toda extensão da linha de transmissão e subestações englobando todos os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
Serviços	223.669	320.621	182.778
Materiais e equipamentos	<u>292.160</u>	<u>449.191</u>	<u>183.720</u>
Total	<u>515.829</u>	<u>769.812</u>	<u>366.498</u>

A Argo II possui contrato de longo prazo para construção da subestação, o qual considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
Serviços	5.066	19.701	9.152
Materiais e equipamentos	<u>16.841</u>	<u>69.106</u>	<u>32.993</u>
Total	<u>21.907</u>	<u>88.807</u>	<u>42.145</u>

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 12.476 é referente a adição de ativo financeiro -concessão, cuja contrapartida foi registrada na rubrica "Fornecedores" do passivo circulante, conforme nota explicativa nº9.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

- Em 16 de janeiro de 2018, a Companhia integralizou R\$38.690 em moeda corrente nacional, referentes a 38.690 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, que haviam sido subscritas em 5 de dezembro de 2017 na controlada Argo Transmissão de Energia S.A.

- Em 17 de janeiro de 2018, a Companhia integralizou R\$99.000 em moeda corrente nacional, referentes a 99.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, que haviam sido subscritas em 05 de dezembro de 2017 na controlada Argo Transmissão de Energia S.A.
- Em 24 de janeiro de 2018, a controlada Argo Transmissão de Energia S.A. obteve a Licença de Instalação nº 1197/2018, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 - ANEEL. A Licença de Instalação corresponde à autorização do IBAMA para a instalação do empreendimento ou da atividade, de acordo com as especificações constantes nos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e condicionantes.

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2018.
